

2024 - RELATÓRIO FINAL

XII KUÑANGUE ATY GUASU, GRANDE ASSEMBLEIA DAS MULHERES KAIOWÁ E GUARANI/MS.

"OGUAHE HE HE NHANDÉ
RESAPEHA OGUACHE HE
HE NHANDÉ RESAPEHA."
(SOMOS MULHERES KAIOWÁ
E GUARANI QUE RESISTE).



KUÑANGUE
ATY GUASU

GRANDE ASSEMBLEIA DAS
Mulheres
KAIOWÁ E GUARANI



Sumário

1- Onde estamos e quem somos nós?.....	1
2- 18 anos da Kuñangue Aty Guasu – As tessituras coletivas das Matriarcas Ñandesy.....	1
3- Direitos originários e as cláusulas pétreas.....	2
4- Por um território sem Misoginia.....	3
5- Mitã jeipea hogagui – Adoção de crianças indígenas em MS.....	4
6- Ataques químicos: Uso abusivo de agrotóxicos externo e interno dos territórios indígenas dos Kaiowá e Guarani em MS.....	7
7- Juventude Indígenas Diversidade Kaiowá e Guarani (JUIND).....	12
8- Retomada Aty Jovem (RAJ).....	15
9- Estratégia Nacional Povos Indígenas na Política Sobre Drogas.....	17
10- Casa da Mulher Indígena, Dourados MS.....	17
11- Reflorestar a educação lecionada em Territórios Kaiowá e Guarani é uma resposta para as emergências climáticas em Mato Grosso Do Sul.....	18
12- I Etapa da Conferência Regional das Mulheres Indígenas – Etapa Aroeira – MS, GO e DF.....	21
13- Mulheres Indígena, sua organização está no Mapa?.....	23
14 - Recomendações e propostas:.....	24
a. Território;.....	25
b. Saúde Indígena/indigenista;.....	26
c. Violência contra as mulheres Guarani e Kaiowá em MS: A região mais perigosa para Mulheres Indígenas do País!.....	29
d. Educação indígena;.....	30
e. Casa da Mulher indígena em MS;.....	32
f. Emergencia climática;.....	34
g. Juventude Indígena da diversidade (JUIND);.....	35
h. Retomada Aty Jovem (RAJ);.....	37
i. Protocolo de adoção de crianças indígenas;.....	38
j. Por um território sem Misoginia.....	39
15- Galeria: 18 anos Kuñangue Aty Guasu.....	40

2024 - Relatório final

XII KUÑANGUE ATY GUASU, GRANDE ASSEMBLEIA DAS MULHERES KAIOWÁ E GUARANI/MS.



OGUAHE HE HE NHANDÉ RESAPEHA OGUACHE HE HE NHANDÉ RESAPEHA
(SOMOS MULHERES GUARANI E KAIOWÁ QUE RESISTE).

Territórios Kaiowá e Guarani-MS, 20 de dezembro de 2024..

Onde estamos e quem somos nós?

Estamos localizadas no centro oeste do Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul, na fronteira com Brasil e Paraguai, nos biomas Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal, onde está a terceira maior população indígena do país. E a nossa Grande Assembleia acontece uma vez por ano, e é o nosso principal espaço de voz e luta pelos Direitos das mulheres indígenas, e o diagnóstico da realidade que nós mulheres Kaiowá e Guarani vivemos em MS.

A Kuñangue Aty Guasu (Grande Assembleia Das Mulheres Kaiowá e Guarani/MS) é uma organização sem fins lucrativos liderada por mulheres indígenas das etnias Kaiowá e Guarani, e tem como objetivo a defesa de direitos humanos, em especial das mulheres, jovens, anciãs e meninas indígenas de nosso povo. A principal bandeira de luta da Kuñangue Aty Guasu é o enfrentamento às violações ao nosso corpo-território, que seguem sob ataques, é pela demarcação, homologação, proteção e recuperação dos nossos territórios, assim como toda a biodiversidade que re-existem conosco a proteção da vida das mulheres, meninas, jovens e anciãos Kaiowá e Guarani.

Em 2023/2024 as violações latifundiárias e policiais seguem batendo recordes nas Retomadas, as consequências são irreparáveis, às violações psicopolíticas e ambientais seguem com forças por décadas e tudo e todos contribuem violentamente para as ameaças a nossa existência Kaiowá e Guarani.

18 anos da Kuñangue Aty Guasu - As tessituras coletivas das Matriarcas Ñandesy



O maior encontro das Mulheres Indígenas Kaiowá e Guaraní de Mato Grosso Do Sul, a Kuñangue Aty Guasu completou 18 anos de articulação desde a sua fundação em 12 de novembro de 2006.

A Grande Assembleia da Kuñangue Aty Guasu 2024: O nosso evento anual aconteceu na T.I. Limão Verde de 27 à 30 de novembro de 2024, e recebeu 20 povos durante a **XII Grande Assembleia da Kuñangue Aty Guasu | Conferência Das Mulheres- Etapa Aroeira:**

20 povos recebidos na TI Limão Verde, Amambai/MS:

- *Baré, Fulni-ô, Guajajara, Guaraní e Kaiowá, Guaraní Mbya, Guaraní Nhandeva, Jenipapo-Kanindé, Kaingang, Karipuna, Kariri-Xocó, Karajá, Laklãnõ/Xokleng, Macuxi/ Wapichana, Pataxó, Sateré Mawé, Terena, Tupiniquim, Tembê e Xukuru.*

A nossa assembleia no debateu pautas como:

- As mulheres Kaiowá e Guaraní - Marco Temporal e o impacto ambiental nos biomas Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e as consequências no corpo território das Mulheres Kaiowá e Guaraní de Mato Grosso Do Sul.
- Luta das Mulheres Kaiowá e Guaraní pela Demarcação das Terras Indígenas em Mato Grosso Do Sul.
- Protocolo de consulta das Mulheres Kaiowá e Guaraní referente a adoção de crianças e adolescentes Kaiowá e Guaraní em Mato Grosso do Sul.
- Violência de gênero e o Lançamento da tradução na língua Kaiowá da Recomendação Geral n. 39 pelo Comitê da ONU sobre Discriminação contra as Mulheres (Comitê da CEDAW) pela Kuñangue Aty Guasu e ONU Mulheres.
- O impacto do agrotóxico na Saúde Das Mulheres Indígenas Kaiowá e Guaraní em Mato Grosso Do Sul.
- Reflorestar a educação lecionada em Territórios Kaiowá e Guaraní é uma resposta para as emergências climáticas em Mato Grosso Do Sul.

“Nosso território é ancestral, nosso território está presente, nosso território e nosso corpo e nossa alma, e por esses territórios lutaremos até a última Gota de Sangue que houver, por esta razão o Marco Temporal viola os nossos direitos humanos e ambientais.” Liderança da Retomada Bananal.

Direitos originários e as cláusulas pétreas

Os direitos dos povos indígenas são considerados direitos originários, ou seja, anteriores à criação do Estado brasileiro. Isso se deve ao reconhecimento de que nós somos os primeiros habitantes do Brasil e temos o Direito ao nosso território, Direito à educação, Direito à dignidade, Direito processual, Direito à proteção, etc, é um direito nosso que os engravatados (Congresso Nacional) respeitem nossos direitos, os nosso modos de viver e a efetive, a Constituição de 1988 pela garantia dos direitos dos Povos Indígenas do Brasil.

O direito do povo indígena à terra é uma cláusula pétrea da Constituição Federal de 1988:

“A Constituição reconhece os direitos dos povos indígenas, como a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. A União é responsável por demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens. As cláusulas pétreas são importantes para garantir a integridade da Constituição, impedindo que alterações destroem o seu núcleo essencial.” CF 88

Está muito difícil lutar contra o congresso Nacional que está negociando os nosso direitos, e seguem com muitas pautas anti-indígenas que violam os nossos direitos como povos tradicionais, estas violações geram outras violações de direitos, muitas criminalização vem acontecendo nos nosso territórios, principalmente afetando mulheres, crianças, jovens e idosos, perante essas denúncias feitas em nossa assembleia viemos exigir mais uma vez e quantas vezes for possível que respeitem nosso direitos porque nós somos povos originários desta nação.

Mato Grosso Do Sul é o estado com o maior número de Retomadas do país, seguimos lutando incansavelmente pelos nossos territórios, demarcar os nossos territórios sagrados não é um favor e um direito originário. Perdemos muitas vidas lutando por nossas terras, muitos jovens foram assassinados pela segurança do estado, em meio a isso nosso povos passam por muitas dificuldades defendendo seus territórios principalmente sofrendo a falta de água, de energia, de alimentação de acesso às Universidades e racismo.

A intolerância e o racismo religioso seguem fazendo vítimas nos Territórios Kaiowá e Guarani foi, um ano onde tivemos grandes vitórias e também grandes perdas das nossas anciãs e anciãos. O nosso sagrado precisa de proteção e reconhecimento como patrimônio da humanidade, como uma resposta contra esses crimes, nossas cosmologias e cosmovisões, saberes ancestrais, a nossa língua indígena, as nossas pinturas de jenipapo e urucum, as nossas memórias (mandu'a) e o fortalecimento do nosso bem viver (teko porã) nossa forma de ser/viver, para que as violações dos nossos direitos não se repitam.

Por um território sem Misoginia

A propagação do discurso de ódio contra mulheres circula livremente pela internet e é potencializada pelas características das plataformas de redes sociais. Sim, a misoginia é crime caracterizado por discursos de ódio contra mulheres. A proposta prevê que a pena

para injúria misógina será de reclusão de 2 a 5 anos e multa. A incitação à misoginia sujeitará o criminoso a pena de reclusão de um a quatro anos e multa.

- O PL 890/23 estabelece que a pena será aumentada se o crime for praticado por duas ou mais pessoas ou for cometido em locais públicos ou pela internet.
- A lei 13.642/18, sancionada em 2018, atribui à Polícia Federal a investigação de casos de misoginia na internet.

A Kuñangue Aty Guasu, esteve/está sob constantes ataques de diversas formas, a falta de letramento político é uma realidade e como consequência os discursos de ódio! É importante que os parentes entendam como se organiza uma assembleia de mulheres, como são os protocolos de governo e sociedade civil e parem de perseguir as mulheres que lutam à frente da Kuñangue Aty Guasu. É importante que os parentes acompanhem e compartilhem os avanços, desafios e debates em relação a água para Dourados/MS e Conesul em âmbito de governo federal.

Repudiamos toda propagação do discurso de ódio contra mulheres que estão fazendo o debate dos direitos coletivos em nossa assembleia. Essas têm sido atitudes recorrentes de tentativas de desestabilizar a nossa organização, debates, metodologias e segurança acordada para as mulheres participantes de nosso evento. Cartas de repúdios e falas de ódio foram propagadas contra as articuladoras da Kuñangue, mas isso não vai nos impedir de seguir lutando. Seguimos firmes e atentas, ninguém tem o direito de bagunçar a nossa casa, a nossa assembleia em nosso território.

Adoção de crianças indígenas em MS - Mitã jeipea hogagui

A adoção de crianças indígenas no Brasil é regida pela *Lei 2.010 de 2009*, que estabelece algumas obrigatoriedades, como: Respeitar a identidade cultural e social da criança, priorizar a colocação da criança em sua comunidade ou a adoção por membros da mesma etnia, ter o acompanhamento da Funai e de antropólogos da equipe judicial. Porém esse debate ainda é raso nos territórios e com o aumento de recolhimento de crianças indígenas em abrigos em MS, esse debate novamente torna se URGENTE, e desta vez a Kuñangue Aty Guasu, está construindo as tessituras que vai gerar o *“protocolo de consulta de adoção de crianças indígenas Guarani e Kaiowá nos territórios indígenas”*.

Na Cidade de Ponta Porã, Amambai e Dourados, a Kuñangue Aty Guasu e o Observatório OKA, lideram o Grupo de Trabalho (GT), para tratar do tema de retirada de crianças das famílias Kaiowá e Guarani no Cone Sul do Mato Grosso do Sul (MS). O GT foi formado com a finalidade de endereçar possibilidades jurídicas de encaminhamentos desse problema crônico, como a construção de ações, propostas e recomendações sobre a adoção de crianças indígenas. Fazem parte do GT, representantes dos órgãos públicos como: Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Conselho Tutelar, Observatório de Protocolos de

Consulta Livre, Prévia e Informada, Universidades Públicas (Uems e UFGD), ANMIGA, Sesai, Mulheres do povo Kaiowá e Guarani e Observatório da Kuñangue Aty Guasu.

O relatório preliminar do GT sobre a situação atual da retirada das crianças de suas famílias (mitã jeipea hogagui) visam elencar, na primeira seção, um breve resumo das problemáticas abordadas e, na segunda seção, possíveis encaminhamentos. É importante frisar que o GT não visa interferir na autonomia de formulação dos povos indígenas, mas recomenda soluções para subsidiar as decisões das mulheres Kaiowá e Guarani:

Resumo das problemáticas abordadas:

- Há uma recorrência do argumento da negligência pela pobreza para justificar a retirada de crianças indígenas de suas parentelas pelas instituições, em uma visão etnocêntrica realizada pelos seus operadores. O critério econômico frequentemente prevalece sobre o étnico-cultural para justificar esse cenário. São necessárias ações de proteção da identidade cultural, social e dos modos de vida dos povos indígenas. Existem estatutos nacionais que devem ser respeitados, como o ECA.
- Os processos administrativos e judiciais são também permeados por racismo institucional.
- O peso sobre o cuidado e proteção invariavelmente recai sobre a mãe, o que revela também uma visão centrada em dispositivos familiares misóginos de divisão do cuidado por gênero que ignora os cuidados coletivos da parentela ampliada das crianças.
- É necessária uma casa de acolhida para as crianças dentro das próprias comunidades, pois a retirada destas e envio à cidade revela um esforço emocional muito alto para as pessoas envolvidas.
- A consulta e encaminhamento dos casos de crianças em vulnerabilidade não podem ficar restritas à figura da capitania. É necessário consultar as *nhandesy*, *jarys* e outras mulheres envolvidas nos cuidados das crianças.
- Não existe uma listagem segura e programática de famílias disponíveis a acolher as crianças indígenas tal qual o sistema de adoção formal nacional e é necessário pensar em algo do tipo para manter as crianças na comunidade, a exemplo do Programa Família Acolhedora, em Laguna Carapã.
- São necessárias ações estratégicas de fortalecimento étnico para que se evite “alienação étnica” do povo GK.
- Antes de retirar as crianças de suas famílias, é necessária uma rede de apoio que funcione dentro do território indígena olhando, escutando, tentando entender onde está a problemática e entender as demandas. Desta forma, é necessário fortalecer a saúde indígena, CRAS indígena e outros atores.
- É necessário fortalecer a importância dos laudos antropológicos em processos judiciais, seja em sua validação pelos agentes de justiça, seja pela disponibilidade permanente de antropólogos/as contratados/as nos fóruns.
- Todas as vezes em que uma criança é retirada da família, a Funai deve ser notificada, mas nem sempre isso é respeitado. Além disso, há falta de servidores da Funai para atender a demanda.
- Há uma particular retirada de crianças Guarani Kaiowá no MS (40% das crianças acolhidas são GK).
- Há dificuldades de entendimento entre falantes de português e guarani na rede de acolhida da criança em situação de violência. O prazo para encontrar outra família para a criança é de 180 dias no Judiciário e 72h para retirar de um abrigo e encontrar a parentela que acolha, mas nem sempre esse tempo respeita o tempo indígena de encaminhamento da questão.

Documentos relevantes:

- Relatório pormenorizado da Força- Tarefa em Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Jovens e Crianças Indígenas, realizada junto às Coordenações Regionais do Sul do Mato Grosso do Sul (CR-DOU e CR-PP) em 2024.
- Resolução Conanda Nº 253, DE 10 DE OUTUBRO DE 2024 - DOU.
- Resolução Conanda Nº 254, DE 10 DE OUTUBRO DE 2024.
- Ofício Nº 10/2019/DIT - CR-DOU/CR-DOU/FUNAI, que foi produzido em 2019 a fim de provocar a ABA para uma atuação mais próxima no MS.
- Materiais informativos que já foram produzidos pelo Observatório de Protocolos, em parceria com a Kuñangue, em 2021.
- Convenção n. 169 OIT.

Lei 2.010 de 2009 - Lei da Convivência Familiar, dispõe sobre adoção e altera as Leis nºs 8.069/1990 e 8.560/1992:

- A valorização da afinidade e afetividade entre o menor e quem não detém a guarda, em casos de separação judicial ou afastamento dos ex-companheiros
- A obrigatoriedade de entidades desenvolverem programas de acolhimento institucional que promovam a reintegração familiar
- A possibilidade de adoção por estrangeiros, desde que haja uma convivência familiar ou estágio de 30 dias no Brasil.

A Lei 14.979/2024, sancionada recentemente, tornou obrigatória a consulta a cadastros de crianças e adolescentes em condições de adoção, bem como dos casais ou pessoas habilitadas para o processo.

Existem várias violações de direitos em relação aos direitos das crianças, sofreram e sofrem ainda vários tipos de abusos e devido a isso e retirados de suas famílias para uma casa de acolhimento. Mas isso está se tornando uma violação, identificamos casos que as crianças estão sendo adotadas sem o consentimento de suas famílias indígenas pelas famílias não indígenas. Este tipo de violação está acontecendo em várias localidades. Por esta razão foi aprovado na assembleia da Kuñangue Aty Guasu a elaboração do Protocolo de Adoção das Crianças Indígenas. Dessa forma garantindo com que a criança Kaiowá e Guarani continuaria a ter os direitos de exercer sua cultura, sua língua e seus modos de viver com seus parentes indígenas, caso contrário esta crianças estaria não estaria exercendo suas identidades culturais.

Existem leis que garantem os laços identitários, laços culturais e a proteção social de nossas crianças indígenas. Caso a criança seja retirada do seu território, não somente está retirando mas sim violando direitos de identidade e a cultura, a língua o modo de ser (oipea chugui rekorã), (ojuka chugui pe heko) matando sua cultura. É fundamental ter profissionais indígenas e não indígenas que entendam desses protocolos e respeitem as especificidades dos Kaiowá e Guarani, e auxiliem a intermediar.

Ataques químicos: Uso abusivos de agrotóxicos externo e interno dos territórios indígenas dos Kaiowá e Guarani em MS



CAMPANHA PERMANENTE CONTRA
OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA

O uso abusivo de agrotóxicos externo e interno nos territórios indígenas dos Guarani e Kaiowá tem causado impactos severos na saúde das mulheres e comunidades como um todo. O impacto maior afetando a saúde das mulheres gestantes, já tivemos o caso de intoxicação e morte de mulheres gestantes por uso indevido e abusivo no entorno dos territórios por terceiros. O veneno ao ser utilizado chega nos territórios pelo Ar, pela comida, pelo cheiro, pelos rios, pelas águas que ingerimos e entre outras maneiras. Confirmam alguns dados levantando pelo Observatório da Kuñangue Aty Guasu (OKA):

Comitê Dourados: casos recentes



**Após morte de grávida,
investigação apreende 750 litros de
agrotóxicos em terras indígenas de
MS**

PANTANAL

**Calor e fumaça de incêndios
fecham escolas em cidades
de Mato Grosso do Sul**

Estado registrou 321 focos de fogo desde a quinta-feira (12)



MATO GROSSO DO SUL

**Indígenas denunciam
envenenamento de água
e exigem fim de acampamento
de fazendeiros a autoridades**

BdF

Foto: Gabriela Moncau/Brasil de Fato



Guarani Kaiowa da terra itaipubana (11) Panambi Lagoa-Rica, falou para a comitiva de juristas, indigenistas, membros de entidades de defesa dos direitos humanos e do governo federal, que visitaram a comunidade em Douradina (MS) na quinta-feira (29).

Além da denúncia de que o rio foi contaminado propositalmente, a comunidade pediu que as autoridades encaminhem a água para análise técnica. Querem saber quais produtos fizeram peixes morrerem e ao menos 2 crianças e 1 homem adoecerem.

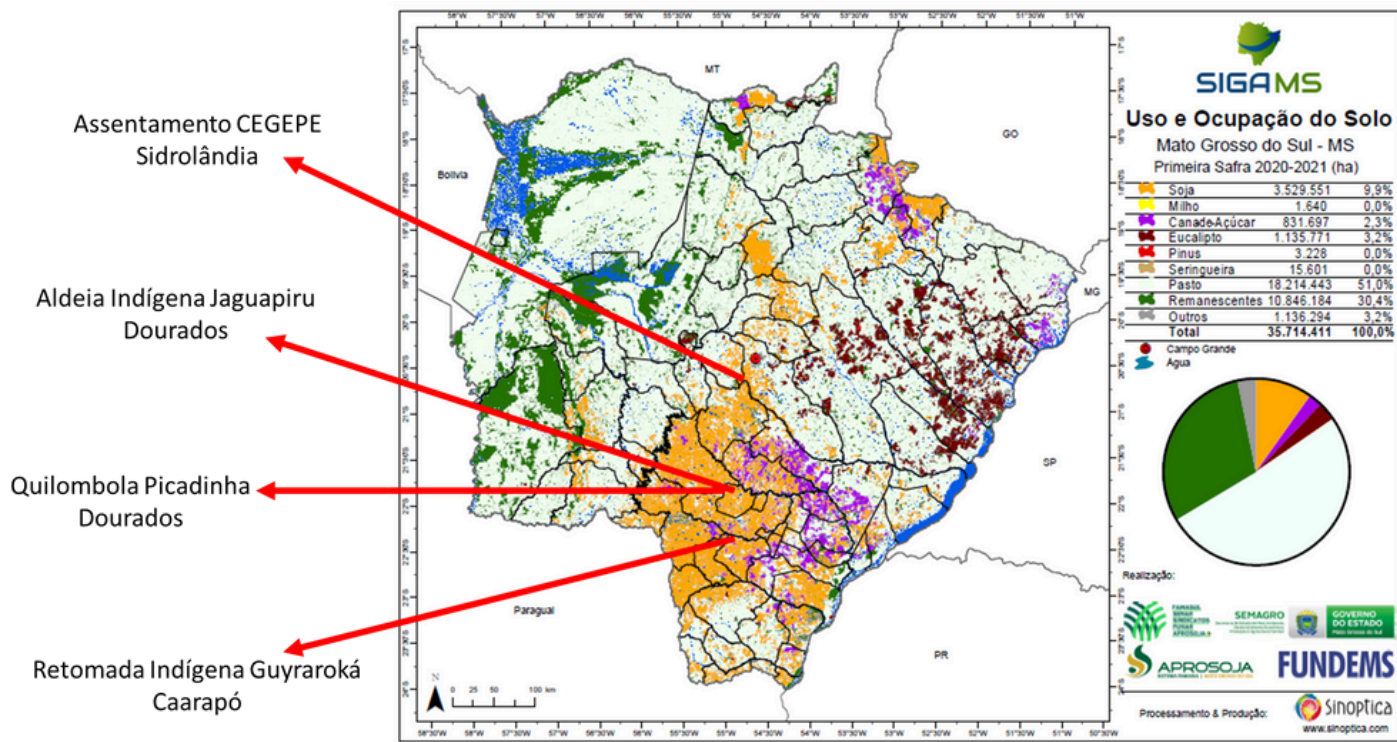
Essa foi uma das demandas emergenciais apresentadas pelos Guarani Kaiowá para enfrentar o cenário de violência e tensão que vivem desde 13 de julho, quando retomaram

7.594 curtidas
há 4 dias

Adicione um comentário...

A pesquisa da Fiocruz - Estudos de caso

A. 4 Comunidades tradicionais com entorno de grandes áreas de lavoura:



B. Método:




- 3 coletas anuais - 6 até o presente momento
 - 3 de acordo com o calendário agrícola
 - 1 vazio sanitário
- Amostragem:
 - água superficial
 - água de abastecimento
 - água de chuva
 - alimentos
 - Insetos
- Análises
 - Laboratório de Análise de Resíduo de Pesticidas - UFSM
 - Prof. Renato Zanella

Método

C. Estudos de caso:

GUYRAROKÁ

JAGUAPIRU



D. Resultados - capitalismo dependente, desigual e combinado:



- 15 agrotóxicos não permitidos na UE encontrados;
- Atrazina: desregulador endócrino;
- De 16 agrotóxicos encontrados em *córregos e nascentes*, apenas 4 são permitidos na UE;
- De 12 em água de *abastecimento*, só 7 são permitidos na UE;
- De 16 agrotóxicos encontrados na *chuva*, 12 são proibidos na UE.

E. Problemas de Saúde:



- Disruptor endócrino;
- irritante do trato respiratório;
- irritante ocular;
- irritante para a pele,
- potencial tóxico para rim
- Neurotóxico - Coma

F. Resultados: não há dose segura de agrotóxico



- 2,4-D
- 45,5% de todas as amostras
- 300x mais tolerado no Brasil do que na EU
- Alta capacidade de infiltração e alcance de águas subterrâneas
- Desregulador endócrino
- Não há doses seguras de uso de agrotóxicos

Resultados: tráfico e desregulamentação

Proibido no Brasil:



- Carbofuramo.
- Teratogênico e mutagênico: danos ao aparelho reprodutor.
- 3 agrotóxicos não constam na Portaria do Ministério da Saúde.
- Não são monitorados.
- Azoxistrobina.
- Clomazona.
- Propiconazol.
- Mutagênico, teratogênico, endócrino.

Problemas Ambientais:



- Perda da agrobiodiversidade:
- Perda de biodiversidade de vida aquática;
- Modificação na florada e frutificação de espécies arbóreas;
- Contaminação da fauna doméstica e silvestre;
- Eliminação de inimigos naturais - influência na cadeia trófica;
- Eliminação da vida do solo: Macro e microorganismos;
- Erosão gênica;
- Eliminação de polinizadores: mamíferos, aves e insetos, principalmente últimos!

REFERÊNCIAS:

- Trase (2018), Trase Yearbook 2018, Sustainability in forest-risk supply chains: Spotlight on Brazilian soy, <https://yearbook2018.trase.earth/>, Transparency for Sustainable Economies, Stockholm Environment Institute and Global Canopy.
- FUNDAÇÃO HEIRICH BÖLL. **Atlas dos agrotóxicos**: fatos e dados sobre agrotóxicos na agricultura 2023/organização: Marcelo Montenegro, Julia Dolce. – Rio de Janeiro : Fundação Heirich Böll, 2023.
- Pinho, A.P, Calheiros, D. F., Almeida, F. S., Zerlotti, P., Cereali, M., Feiden, A., Machado, F. F., Zanella, R.. Agrotóxicos e violações nos direitos à saúde e a soberania alimentar em comunidades Guarani Kaiowá de Mato Grosso do Sul. Cien Saude Colet **[periódico na internet]** (2024/Mai). [Citado em 15/09/2024]. **Está disponível em:** <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/agrotoxicos-e-violacoes-nos-direitos-a-saude-e-a-soberania-alimentar-em-comunidades-guarani-kaiowa-de-mato-grosso-do-sul/19231?id=19231&id=19231&id=19231>
- NOGUEIRA, Fernando. Bancada do Boi em Defesa de Interesses Ruralistas. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2018/09/30/bancada-do-boi-em-defesa-de-interesses-ruralistas/>. Acesso em set. 2024.



Juventude Indígenas Diversidade Kaiowá e Guarani (JUIND)

A importância da Juventude Indígenas Diversidade Kaiowá e Guarani (JUIND) é incentivar, praticar, preservar a cultura tradicional como cantos e rezas, e que a juventude indígenas diversidade tenha seus debates e encaminhamentos como políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA indígena do estado de MS, e para a população LGBTQIA indígenas do Brasil.



"Em 2023, foram 37 indígenas que se suicidaram, nesse mês de outubro de 2024 em uma única semana tiveram cinco indígenas que se suicidaram, sendo pelo menos três LGBTQIA+. Esses dados revelam que essa população sofre de adoecimento mental diante do contexto ofensivo nos territórios, tendo múltiplas causas que afetam diretamente e proporcionam a elevação de índices de suicídios nesta região. A violência contra os povos Guarani-Kaiowá é resultado de um processo histórico de despossessão do território e discriminação. A falta de políticas públicas adequadas, a impunidade dos crimes e a omissão do Estado contribuem para a perpetuação dessa situação. A perda das terras sagradas "tekoha", tem levado os povos Guarani Kaiowá a uma profunda crise existencial, com consequências devastadoras para sua saúde mental, seu teko.

O tekoha não é apenas um território físico, mas a própria essência da cultura Guarani-Kaiowá, onde se manifestam seus costumes, crenças e práticas de subsistência e o Bem Viver. Despejados de suas terras, os indígenas são forçados a viver em condições precárias, sem acesso a recursos básicos e submetidos à constante violência. É neste contexto, e a partir da impossibilidade de praticar o teko (modo de ser Guarani-Kaiowá) em seus territórios sagrados, que tem gerado um profundo sofrimento psicológico, levando a um aumento alarmante dos casos de suicídio. Além da perda territorial, a falta de acesso a serviços de saúde adequados e culturalmente apropriados agrava a situação. Ainda que exista a atuação da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Saúde (MS), no que toca às atribuições da atenção primária em saúde, no escopo de toda a rede SUS, as pessoas indígenas são atendidas em um modelo de concepção geral, em que suas necessidades específicas não são consideradas." — *Oitivas nas Comunidades Guarani-Kaiowá Escuta sobre a violação dos Direitos de Pessoas LGBTQIA+: Diversidade Sexual e Violência junto às populações das etnias Guarani-Kaiowá na região do Cone Sul do Mato Grosso do Sul (MS) 21 a 25 de outubro de 2024, encaminhado e reafirmado em plenária da Kuñangue pelxs representantxs da JUIND.*



Um caso emblemático é a suspeita de assassinatos de pelo menos três jovens em 2022, que tiveram seus corpos encontrados na rodovia MS-156, próxima à aldeia Limão Verde. Em janeiro de 2022, o corpo de Gabriel Rodrigues foi encontrado com perfurações e um golpe na cabeça. Em setembro, Timi Vilhalva, de 18 anos, também foi vítima de um ataque brutal, com múltiplas lesões por objeto perfurante e traumatismo craniano. Em novembro do mesmo ano, o jovem indígena Cleijomar Rodrigues Vasques, de 16 anos e liderança da Aty Jovem Guarani-Kaiowá (Assembleia da Juventude), foi brutalmente assassinado. Seu corpo apresentava um profundo corte no pescoço e fratura craniana. Apesar dos claros sinais de violência, os atestados de óbito registraram as mortes como 'acidente automobilístico', por terem sido encontrados na rodovia. Lembrando que, no ano seguinte, no dia 30 de abril de 2023, recebemos uma triste notícia do assassinato do jovem Guarani Nãndeva Eliton Nunes com o corpo jogado na BR-180, saída de Iguatemi (MS), dando a entender que ele provocou sua própria morte. A violência contra jovens LGBTQIA+ indígenas no Mato Grosso do Sul tem se intensificado de forma alarmante. Os casos de Gabriel, Timi e Cleijomar, ocorridos em 2022, revelaram a vulnerabilidade dessa população e a necessidade urgente de medidas de proteção. No

que se refere à proteção jurídica, destaca-se a necessidade de consolidar as investigações, considerando que inúmeras instâncias foram informadas do contexto que os jovens vieram a óbito.

- Em 2023, a situação se agravou ainda mais, tendo pelo menos mais seis suicídios de jovens LGBTQIA+ em outras aldeias.
- Em 21 de abril de 2024, o jovem LGBTQIA + indígena Ronaldo Fernandes de 26 anos, foi assassinado em Dourados a tiros.
- E nas últimas semanas de outubro deste ano, Leakes Rossate, da Aldeia Amambai, se suicidou pelo contexto de opressão instalado na região de Amambai (MS), mesma região onde ocorreu o conhecido "massacre de Guapoy".
- Ronaldo estava em uma festa na cidade de Dourados na madrugada do dia 21/04/2024 quando ia embora para casa, acompanhado de duas jovens, foi alvejado por tiros disparados por dois homens em uma moto. Segundo as testemunhas, os autores atiraram na direção do grupo e um dos tiros acertou Ronaldo na cabeça.
- No dia 24 de junho de 2022, indígenas da Terra Indígena (TI) Amambai, no Mato Grosso do sul, foram vítimas de uma ação violenta da Polícia Militar (PM) quando retomavam o território ancestral chamado Guapoy, a polícia atacou os indígenas com disparos que levou a morte de 6 indígenas foram assassinadas em 2022.

Esses casos recentes evidenciam a dimensão da crise e a urgência de um serviço emergencial que possa proporcionar o cuidado com a saúde mental, mas também ações que assegurem o Bem Viver nestas comunidades. As causas dessas violências são complexas e interligadas, envolvendo a LGBTQIAfobia, racismo (inclusive o institucional), disputa por território e a falta de acesso a serviços básicos como água potável, segurança alimentar, profissionais de saúde mental e mobilizações de cuidado que contemplem seus saberes tradicionais.

A perda da terra, a cultura e da identidade, aliada ao preconceito por ser LGBTQIA+ e à violência, geram um sofrimento psicológico insuportável para muitos jovens, que sofrem com expulsão de casa por seus familiares, práticas de discriminação na comunidade, sobretudo por pessoas não indígenas e perseguições com ameaças, assassinatos, espancamento. Para complexificar as violências sofridas, há ainda a atuação de processos de evangelização que se afastam das formas de Bem Viver dos povos, assim como as ações de violências praticadas pela polícia estatal e pela agromilícia instalada nos territórios.

É fundamental que as autoridades investiguem esses crimes com rigor, punam os responsáveis e garantam a proteção das vítimas e seus familiares. Além disso, é preciso implementar políticas públicas que promovam a igualdade, a diversidade e a inclusão, garantindo o acesso à educação, à saúde e à justiça para indígenas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Mas também necessita de um processo de formação ampla destas comunidades para superação das violências.



Observação: Após a realização das Oitavas Guarani-Kaiowá, que, entre as comunidades visitadas, esteve na Aldeia Porto Lindo, no município de Japorã, no dia 1º de dezembro de 2024, a liderança LGBTQIA+ indígena Klara Guarani-Nhandeva veio a óbito após uma infecção generalizada. Segundo informações das famílias que residem na comunidade, o estado de saúde estava agravado ao ponto de Klara não resistir à infecção e falecer a caminho do hospital. Este trágico evento destaca a problemática do não acesso e acompanhamento adequado em unidades de saúde nas aldeias indígenas. Isso reforça a necessidade de abordar as múltiplas dimensões que afetam a saúde e o bem-estar das pessoas LGBTQIA+ nestes territórios.

Retomada Aty Jovem (RAJ)

A juventude indígena Guarani e Kaiowá também se organiza em torno da Retomada Aty Jovem (RAJ), uma assembleia de jovens que debate e cria ações para a preservação da cultura e dos direitos dos povos originários, criada em 2012, e conta com um conselho de líderes jovens eleitos pelas lideranças dos territórios, e para assegurar plenamente estes direitos, a juventude reivindica, antes de qualquer coisa, a demarcação imediata de seus Tekoha.



“Como destacado anteriormente, o território é vida, um elemento fundamental para a existência dos Guarani e Kaiowá. Por isso, a juventude reforça a urgência da demarcação de seus tekoha tradicionais, associando essa luta à segurança e soberania alimentar, bem como à criação de pontos de cultura. Ainda sobre sustentabilidade, a juventude chama atenção para a escassez de atendimento que órgãos como a Funai têm para atender os territórios Guarani e Kaiowá. Portanto a juventude solicita recursos e maquinários para cultivar as roças e as culturas indígenas- kokue. Aliado a isto, refletiu-se sobre a criação de cooperativas entre as aldeias como forma de vender seus produtos e criar uma fonte de renda alternativa para as famílias das comunidades em geral, para isto, a juventude reivindica assistência jurídica para formalizar essas atividades. A juventude permanece reivindicando seus direitos tradicionais, reproduzindo seu modo de vida e continuando a luta iniciada pelos mais antigos.

— *Documento final do IX Encontro Geral da Retomada Aty Jovem Guarani Kaiowá e Guarani Nhandeva do Estado de Mato Grosso do Sul encaminhado e reafirmado em plenária da Kuñangue pelos representantes da RAJ.*



Estratégia Nacional Povos Indígenas na Política Sobre Drogas

Recebemos em nossa assembleia a Coordenadora Georgia da Silva, Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad) do Ministério da Justiça e Segurança Pública,

órgão de articulação intersetorial e interinstitucional da política sobre drogas. A Senad tem vários eixos de atuação dentre eles:

- a prevenção ao uso de drogas e à violência; a promoção da reinserção social na perspectiva da redução de iniquidades, do respeito à autonomia e à dignidade das pessoas;
- A produção de pesquisas e análises de dados que embasam as políticas públicas sobre drogas e a mitigação e reparação dos efeitos do tráfico de drogas sobre a população,
- A Senad tem uma perspectiva em que as pessoas são centro da política e não as substâncias, por isso, estabelece foco especial em grupos que são desproporcionalmente vulnerabilizados no âmbito da política sobre drogas - mulheres, população negra, povos indígenas, crianças e adolescentes e população em situação de rua.

Para pensar na mitigação dos impactos do tráfico de drogas sobre os povos indígenas e suas Terras e territórios, a Senad tem dialogado com o MPI, a Funai, e Sesai, as Secretarias de Segurança Pública dos estados e com as organizações indígenas, lideranças, jovens e mulheres indígenas. Esse processo de articulação e escutas com diferentes instituições e atores gerou a Estratégia Nacional para Mitigação e Reparação dos Impactos do Tráfico de Drogas sobre Territórios e Populações Indígenas, lançada em 05 de junho de 2023, cuja concepção já havia sido publicada por meio do Decreto 11.511 em 28 de abril de 2023.

A partir de diagnósticos e estudos realizados no Brasil e em outros países sul-americanos sendo, o Cdesc - Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário, a instituição que fornece evidências para Senad para tomada de decisão para fomento de políticas públicas, destaca-se a convergência de crimes socioambientais e contra os direitos humanos, como desmatamento, a pesca ilegal, o garimpo, a grilagem de terras e o narcotráfico.

Assim, identificamos também alguns problemas e desafios na vida dos povos indígenas, das mulheres e dos jovens indígenas provenientes da presença do tráfico de drogas em seus territórios.

- Consumo problemático de álcool e drogas entre indígenas nas aldeias e nas cidades;
- Pouca informação nas comunidades sobre efeitos e redução de danos sobre drogas e álcool;
- Aliciamento de jovens indígenas
- Encarceramento crescente de indígenas, principalmente nas fronteiras. A análise sobre o aprisionamento dos indígenas nos fala que não se trata de envolvimento direto com o narcotráfico, mas a maioria das prisões está relacionada a violências cometidas, em geral, cometidas quando do uso de substâncias como álcool e outras drogas.
- Aumento dos casos de violência contra mulher, em grande parte com os agressores em uso de álcool e outras substâncias;

E diante dessa realidade os jovens indígenas também em muitos lugares não estão mais conseguindo sonhar com um futuro e uma série de sofrimentos e problemas tem acontecido, seja no Mato Grosso do Sul, no Amazonas, na Bahia ou no Rio Grande do Sul. Considerando a diversidade de efeitos e multifatorialidade dos desafios enfrentados, bem como a necessidade de pensar soluções estruturantes, adequadas culturalmente e orientadas por consulta prévia aos povos indígenas,

justifica-se a importância da promoção de ações articuladas no âmbito interinstitucional como a Estratégia Nacional para Povos Indígenas na Política sobre Drogas.

No momento, a Estratégia tem implementado algumas ações para o desenvolvimento alternativo sustentável para o fomento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade, implementação de Centros de Acesso à Direitos e Inclusão Social - CAIS em territórios impactados pelo tráfico de drogas, formação para agentes da segurança pública, assistência jurídica integral e gratuita, no âmbito criminal e prisional, a pessoas privadas de liberdade em unidades carcerárias localizadas em região de fronteira do Brasil com outros países através do projeto DPU nas fronteiras, pesquisas em parceria com o Cdesc, a criação de 05 polos de testagem de mercúrio em quatro estados amazônicos para prevenção e monitoramento da exposição humana ao metal pesado na região junto com o IAMER e UFPA e produção de análises para compreensão das dinâmicas e contextos de usos e agravos em saúde, bem como a construção de diretrizes integradas e outros instrumentos que auxiliem no cuidado integral e intersetorial com a Secretaria de Saúde Indígena.

Destaca-se que em 2025 serão abertos dois CAIS Povos Indígenas, o primeiro em fevereiro em Tabatinga, no estado do Amazonas e o segundo em Dourados no Mato Grosso do Sul, com previsão de implementação no primeiro semestre. O AIS será um espaço de convivência, com profissionais de diferentes áreas (psicologia, antropologia, serviço social, redutor de danos, intérprete e educador jurídico), que tem o intuito de mobilizar a rede de serviços e políticas públicas para melhoria do acesso das pessoas indígenas aos serviços públicos. O trabalho será prioritariamente executado em articulação com a saúde, a assistência social e a segurança pública de forma prioritária e com cultura, lazer, educação e defensoria pública. A implementação da Estratégia Povos Indígenas na Política sobre Drogas deve partir do diálogo junto às comunidades indígenas e sua implementação só é possível por meio de intensa articulação intersetorial e interinstitucional (com orçamento de múltiplas fontes) para efetividade em suas diversas frentes de atuação: segurança pública, saúde, acesso a direitos, acesso a políticas públicas e promoção do bem viver.

Casa da Mulher Indígena, Dourados MS

“É um projeto extremamente importante no apoio a diversas organizações de mulheres indígenas e também foi essencial na nossa comissão de mulheres indígenas na construção do III Módulo do Mapa da violência.”— Kaquña Aranduhá, Coordenadora de Formação da ANMIGA e articuladora da Kuñangue Aty Guasu.

A casa da mulher indígena, será construída no Cone Sul de Mato Grosso do Sul, na cidade de Dourados. A região abrange a terceira maior população indígena do Brasil. Em anúncio em nossa XII Grande Assembleia a Coordenação Geral de Prevenção a Violência Contra a Mulher Pagu Rodrigues, do Ministério Das Mulheres relatou o avanço dessa conquista que iniciou se na Assembleia da Kunangue Aty Guasu e foi oficializada no I Primeiro Seminário Regional Diálogos para Prevenção de Violência contra as Mulheres Indígenas Kaiowá Guarani e Terena, em Dourados/MS.

Pagu Rodrigues anunciou que Dourados irá sediar o espaço da Casa da Mulher Indígena, que será um centro especializado, sob um olhar atento às escutas das violências enfrentadas por essas mulheres, garantindo atendimento sensível e acolhedor e que haverá o concurso e preparação técnica e especializada para profissionais que irão trabalhar no acolhimento e cuidado das vítimas indígenas de violências.

Essa é uma demanda legítima das mulheres indígenas e representa um marco na construção de uma sociedade mais inclusiva, igualitária e sensível às necessidades de todas as mulheres, independente de sua origem étnica ou social. A Kuñangue Aty Guasu segue acompanhando as tessituras da Casa da Mulher Indígena.

Reflorestar a educação lecionada em Territórios Kaiowá e Guarani é uma resposta para as emergências climáticas em Mato Grosso Do Sul.

Este ano sentimos as consequências da crise climática bater com forças em nossos territórios, a fumaça que atingiu 60% de todo território nacional cobriu todo o estado de Mato Grosso Do Sul, e enfrentamos a crise hídrica mais um ano, a falta de água potável ainda permanece no Cone Sul do estado onde estão os nossos territórios Kaiowá e Guarani.

O desmatamento, a erosão do solo, as queimadas, a poluição e envenenamento da água são algumas das consequências graves provocadas pelo agronegócio, que atingem o nosso corpo-território, o meio ambiente e todos os seres vivos existentes em nossa biodiversidade. Esse foi um tema debatido em nossa assembleia, e coletivamente encaminhamos como debater, inserir esses temas dentro da educação escolar indígena. Através dos saberes ancestrais de nosso povo, dentro da lei nacional está garantido que a comunidade escolar deve adequar sua metodologia de acordo com sua realidade.

Devemos focar na formação continuada para que seja aplicada na prática todas as formas de necessidades de estudos sobre a crise climática, precisamos problematizar que precisamos de Yvytu, yvy ha teko joja para a continuidade de nossa própria sobrevivência, para gerar a proposta de educação que ensina através dos saberes tradicionais e da ciência ambiental Karai que ajudam a combater a crise climática em Mato Grosso Do Sul.

Os professores indígenas praticam diversos conhecimentos específicos para manter viva os saberes para formação de saberes indígenas. Destacamos desta forma a importância de formação continuada dos professores indígenas no Mato Grosso Do Sul, como criar projetos para emergência climáticas em Mato Grosso Do Sul, aplicar na metodologia dos planejamentos dos professores. É fundamental que nossos alunos tenham conhecimentos sobre a crise global, e específica no Brasil, principalmente onde estamos, que são os biomas Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal.

Garantir as práticas pedagógicas diferenciadas na sala de aula com os alunos é prevenir a desinformação sobre a crise climática, para evitar mais tragédias. Pois a disseminação de informações falsas ou selecionadas sobre as mudanças climáticas influenciam a opinião pública e enfraquecem a pressão para a adoção de medidas urgentes.

A crise climática é causada pelas atividades humanas, e como consequências causam eventos climáticos extremos, como enchentes, secas, incêndios florestais e frio excessivo, criar projetos para reflorestamentos ao redor de cada escola indígenas Guarani e Kaiowá é um bom início para ir implementando as informações no enfrentamento às emergências climáticas.

Os saberes da anciãs Nandesy e anciãos Nanderu devem ser aplicados na metodologia e na prática com os alunos indígenas Guarani e Kaiowá, esse projeto de reflorestamento será um início de respostas sobre a educação ambiental nas escolas indígenas. E os professores indígenas Guarani e Kaiowá devem adequar seus planejamentos específicos diferenciados, mesmo que venha diretamente da BNCC. Pois os professores indígenas têm autonomia de ensinar conforme a realidade que as nossas crianças, adolescentes e jovens vivem. Esses direitos já estão garantidos na constituição federal, na LDB 1996. Como a crise climática afeta a educação escolar de diversas formas, incluindo:

- Fechamento de escolas:
Eventos climáticos extremos, como enchentes, incêndios e furacões, podem levar ao fechamento de escolas para que o espaço físico seja usado como abrigo.
- Perdas de aprendizagem:
Estudantes de regiões mais quentes podem perder cerca de 1% de aprendizagem por ano.
- Insegurança alimentar:
Eventos climáticos extremos podem aumentar a insegurança alimentar, obrigando alguns estudantes a abandonarem os estudos para ajudar na renda familiar.

A educação climática é importante para ajudar os alunos a compreender os impactos da crise climática e a atuarem como agentes das mudanças climáticas.

Biomass onde estão os Kaiowá e Guarani/MS e as consequências da crise climática:

Pantanal

Bioma Pantanal: é um bioma brasileiro que sofre com os efeitos das mudanças climáticas e do desmatamento, que contribuem para o aumento do risco de incêndios e secas:

- **Mudanças climáticas:**
As mudanças climáticas estão intensificando e tornando mais frequentes as condições que favorecem os incêndios, como altas temperaturas, menor precipitação e queda da umidade.
- **Desmatamento:**
O desmatamento das cabeceiras dos rios que abastecem o Pantanal contribui para a seca extrema no bioma. Além disso, a mudança do uso da terra para a agricultura e pecuária aumenta a disponibilidade de vegetação que pode ser combustível para o fogo.
- **Impactos**
Os incêndios no Pantanal podem causar danos econômicos à agropecuária e ao turismo, além de transformar a paisagem e causar a perda de biodiversidade.

Mata Atlântica

Bioma Mata Atlântica: é um bioma que desempenha um papel fundamental na estabilidade climática global e na preservação da biodiversidade. No entanto, a crise climática e o desmatamento ameaçam o futuro do bioma:

- **Desmatamento:**
A principal ameaça à Mata Atlântica é o desmatamento, que tem como causas a extração de recursos naturais, a produção de carvão vegetal e celulose, e o avanço da urbanização. Entre 1985 e 2023, o bioma perdeu 3,7 milhões de hectares de vegetação nativa.

A Mata Atlântica é um dos biomas com maior diversidade biológica do mundo, abrigando cerca de uma em cada 50 espécies de plantas e animais terrestres vertebrados. Os serviços ecossistêmicos que a Mata Atlântica fornece são essenciais para os 145 milhões de brasileiros que vivem nela.

Cerrado

Bioma Cerrado: é um dos mais afetados pelas mudanças climáticas e pela emergência climática, pois o desmatamento acelera o processo e ameaça a sua biodiversidade:

- **Desmatamento:**
O Cerrado é o bioma mais devastado do Brasil, principalmente devido à expansão do agronegócio. A remoção da vegetação nativa aumenta a temperatura média e reduz a precipitação, impactando o equilíbrio ambiental.
- **Mudanças climáticas:**
As mudanças climáticas globais interagem com o uso da terra no Cerrado, contribuindo para a emissão de gases de efeito estufa e alterando o ciclo hidrológico.
- **Impacto na produção agrícola:**
A proteção do Cerrado é essencial para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, que podem impactar negativamente a produção agrícola.

Como a crise climática afeta a educação escolar de diversas formas:

Fechamento de escolas:

Eventos climáticos extremos, como enchentes, incêndios e furacões, podem levar ao fechamento de escolas para que o espaço físico seja usado como abrigo.

Perdas de aprendizagem:

Estudantes de regiões mais quentes podem perder cerca de 1% de aprendizagem por ano.

Insegurança alimentar:

Eventos climáticos extremos podem aumentar a insegurança alimentar, obrigando alguns estudantes a abandonarem os estudos para ajudar na renda familiar.

A EDUCAÇÃO CLIMÁTICA É IMPORTANTE PARA AJUDAR OS ALUNOS A COMPREENDER OS IMPACTOS DA CRISE CLIMÁTICA E A ATUAREM COMO AGENTES DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

www.reallygreatsite.com



I Etapa da Conferência Regional das Mulheres Indígenas - Etapa Aroeira - MS, GO e DF.

Este ano, o nosso potente espaço ancestral movido na força das Ñandesy recebeu a **I Etapa da Conferência Regional das Mulheres Indígenas - Etapa Aroeira - MS, GO e DF**. A conferência é realizada pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas e o Ministério das Mulheres.

As etapas territoriais e a nacional da 1ª. Conferência Nacional das Mulheres Indígenas aconteceu entre novembro/2024 e março/2025, resultado da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e o Ministério das Mulheres (MM), por ocasião da III Marcha das Mulheres Indígenas 2023. Esse acordo visa estabelecer ações conjuntas para prevenir todas as formas de violência contra mulheres indígenas. Nesse contexto, a Portaria GM/MPI Nº 335 de 27 de dezembro de 2023 instituiu um Grupo de Trabalho Técnico para elaborar o Plano de Ação do Governo Federal para o Projeto Guardiãs, evidenciando o compromisso com a participação informada e prévia das mulheres indígenas através da inclusão da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA).

A 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas é uma ação que visa empoderar mulheres indígenas como agentes fundamentais na preservação de seus territórios. Esta ação busca destacar o papel das mulheres como guardiãs ativas, promovendo a sustentabilidade ambiental e a equidade de

gênero através de práticas que valorizam seus conhecimentos tradicionais e holísticos de gestão da terra.

Por meio das Conferências territoriais, tendo as organizações representativas de mulheres indígenas dos seis biomas brasileiros como pontos focais para a mobilização das mulheres corpos-territórios, serão realizadas as consultas e escutas qualificadas da diversidade de vozes que vão debater, propor, monitorar e promover a implementação dessas políticas públicas. Estas políticas são fundamentadas na gestão territorial, reconhecendo a importância das mulheres corpos-territórios na construção de políticas para garantir um território saudável e seguro que promova a saúde integral, a educação, a integridade física, a soberania alimentar e nutricional, e condições ambientais favoráveis para práticas como a produção artesanal, medicinal e o extrativismo sustentável.

Além disso, busca fortalecer os saberes e práticas tradicionais, valorizar o protagonismo feminino na gestão territorial e promover a autonomia econômica das mulheres indígenas, aumentando sua influência nas comunidades e nos poderes executivo, legislativo e judiciário. Durante as etapas regionais são trabalhadas os seguintes eixos temáticos:

- **Enfrentamento da violência contra as Mulheres Indígenas:** Este eixo se desdobrou em um conjunto de eixos temáticos que vão nos possibilitar uma ampla reflexão, debate e proposições sobre os temas e os objetivos dessa 1ª Conferência Nacional de Mulheres Indígenas. Trata-se de eixos temáticos que reúnem e contextualizam princípios que se relacionam necessariamente entre si, abrangendo:
- **Direito e Gestão Territorial para as Mulheres Indígenas:** a biodiversidade não se separa dos territórios, é fundamental que o Estado Brasileiro efetive a demarcação das Terras Indígenas e anule de vez o arco Temporal que pode afetar 95% das terras indígenas, inclusive as já demarcadas, uma ameaça para a preservação dos povos originários, das diversidades dos biomas, das ancestralidades e das mudanças climáticas.
- **Emergência Climática: Os impactos das mudanças climáticas são sentidos pelas Mulheres Bioma todos os dias nos corpos territórios** - As grandes empresas, indústrias, mineração, hidrelétricas, fazendeiros, garimpeiros e desmatadores ameaçam a vida de todos os povos originários. A destruição do corpo território é o que traz pobreza para os povos indígenas, pois sem água limpa, sem animais para alimentar, sem terra para plantar não conseguem produzir seu sustento. O Estado Brasileiro precisa criar ferramentas de proteção a todos os Biomas Brasileiros frente ao colapso climático/emergências climáticas.
- **Políticas Públicas e Violência de Gênero** - Os corpos territórios seguem sendo violentados de diversas formas. É URGENTE que o Estado Brasileiro construa ferramentas jurídicas e políticas públicas continuadas de proteção às mulheres indígenas do Brasil, assim como a Casa das Mulheres Indígenas, para acolhimentos e cuidados específicos e efetive o Projeto de Lei 4381/23 que regulamenta os procedimentos a serem adotados pelas delegacias de polícia e órgãos públicos, como Secretarias de Justiça, Defensorias Públicas e Ministérios Públicos, para o atendimento de mulheres indígenas vítimas de violências.
- **Saúde as práticas de saúde ancestral das Mulheres Indígenas:** Representam um componente vital de seus saberes tradicionais, exercendo um papel crucial na manutenção do bem-estar e da harmonia dentro de suas comunidades. Estas práticas são uma fusão de conhecimento empírico e espiritual que foi transmitido através de gerações, destacando a profunda conexão das mulheres indígenas com a natureza e o cosmos, tais como:

- **Educação e a transmissão dos saberes ancestrais para o bem viver:** A transmissão de conhecimentos entre as indígenas mulheres é fundamental para a continuidade das práticas ancestrais do bem viver. Este processo educativo ocorre de maneira orgânica e prática, onde as mais velhas ensinam as mais jovens através de rituais, narrativas e a prática diária de cuidados. Este sistema de aprendizado assegura que o conhecimento ancestral não se perca e que as novas gerações possam adaptá-lo às suas realidades, promovendo a autonomia e o empoderamento das mulheres.

As Etapas Territoriais acontecem nos Estados brasileiros, reunindo mulheres indígenas dos biomas do Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica, Caatinga, Amazônia e Pampas iniciaram a partir de novembro de 2024, e toda essa tessitura coletiva vai culminar na **Conferência Nacional de Mulheres Indígenas em Brasília, que acontecerá de 08 a 11 de março de 2025.**

Mulher indígena, a sua organização está no mapa?

Vem procurar no Mapa das Organizações das Mulheres Indígenas no Brasil 2024!

Este mapeamento revela que existem 241 organizações de mulheres indígenas em todos os biomas do Brasil. No mapa destacamos coletivos, movimentos, departamentos e outros tipos de organizações criadas por mulheres indígenas representando todos os biomas.

A partir dos resultados foi possível afirmar o que já vinha se mostrando ao longo da construção desta publicação: mulheres indígenas sempre estiveram em luta. Nos últimos anos, no entanto, elas passaram, cada vez mais, a criar organizações próprias e as formas de se mobilizar são múltiplas.

Com identidade virtual assinada pela artista Auá Mendes, indígena do povo Mura, a publicação também conta com artigos sobre a forma e as motivações das mulheres indígenas ao se organizarem e uma linha do tempo que registra parte da história do associativismo das mulheres indígenas.

A iniciativa é fruto da parceria inédita entre as pesquisadoras da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga) e do Instituto Socioambiental (ISA).

Saiba mais no qr code abaixo e faça o download do seu mapa:



MAPA DAS ORGANIZAÇÕES DAS

MULHERES
INDÍGENAS
NO BRASIL
2024.



Recomendações e propostas:

EM MEMÓRIA A TODAS QUE TOMBARAM PEDIMOS

JUSTIÇAS PELOS CORPOS-TERRITÓRIOS VIOLADOS!

Aqui nós reafirmaos a nossa luta e compartilhamos um conjunto de recomendações e propostas pela Kuñangue Aty Guasu, a Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul.

Recomendações:

1. É preciso reconhecer a Constituição federal de 1988, e efetivar os direitos dos povos indígenas no Brasil, especialmente a homologação de terras indígenas e o respeito aos nossos costumes tradicionais;
2. O Marco temporal é ilegal, é inconstitucional, rompe com o pacto nacional que o Brasil rmou com os povos indígenas em 1988, é inconstitucional, ilegal, é genocida! Nossos territórios não são mercadorias, resistiremos com nossas vidas pelo futuro de nosso povo Kaiowá e Guarani;
3. O governo estadual e federal deve Mapear todas as violações presentes contra as Mulheres Kaiowá e Guarani em MS, assim como os municípios devem se responsabilizar contra o avanço do feminicídio, estupros, etc, dentro e fora dos territórios contra as companheiras indígenas;
4. Para além do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) existem muitas pesquisas nacionais que excluem os povos indígenas, é preciso que este governo garanta levantamentos com dados atualizados sobre os Kaiowá e Guarani de todas as áreas da retomadas;
5. É preciso que o Brasil siga cumprindo os acordos internacionais, sendo um deles o que propõe a Convenção 169, a consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas de tudo que se refere aos empreendimentos em nossos territórios;
6. O processo de desintrusão dos Territórios Kaiowá e Guarani é URGENTE, assim como as investigações mais profundas das consequências do arrendamento das terras Kaiowá e Guarani;
7. É urgente que o estado trabalhe na coleta e análise de água dos rios e nascentes que percorrem os territórios indígenas, é uma questão de saúde pública, pois as doenças têm atingido as comunidades como uma consequência da ausência de água potável, e consumo da água suja e envenenada;
8. Que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) cumpram com seus objetivos que é assegurar e garantir os direitos dos povos indígenas no que diz respeito aos processos de demarcação e homologação das terras indígenas e uma saúde digna que atenda as especificidades Kaiowá e Guarani.
9. Que nos espaços onde discutem a emergências climáticas, hajam oportunidades para as mulheres indígenas da Kuñangue Aty Guasu nas tomadas de decisões e encaminhamentos;
10. É preciso que os movimentos nacionais e internacionais ecoam a voz dos movimentos indígenas, e reflorestar as mente é urgente frente a esse projeto de capitalismo em curso, pois os impactos do neo extrativismo, às exploração, invasão e exportações dos recursos naturais para fora do país,

dos grandes empreendimentos em terras indígenas, tem sido muito violento e causado mortes em territórios indígenas, e será ainda pior com a promulgação do marco colonial;

11. A lei Maria da Penha não atende as especificidades das Mulheres indígenas, é URGENTE o parágrafo que ampare os direitos das mulheres indígenas vítimas de violência de acordo com suas especificidades;
12. É urgente a formação e capacitação das mulheres indígenas Kaiowá e Guarani para o enfrentamento a violência, assim como a construção de materiais didáticos para o ensino fundamental e ensino médio, bem como o respeito integral à lei 11.645/08 de estudo da história e cultura indígena e políticas públicas/convênios com instituições de formação que garantam o cumprimento do decreto 6.861/09 de educação escolar indígena;
13. É URGENTE a construção de materiais didáticos, palestras e oficinas sobre os temas de violência, como um meio de prevenção e orientação para as comunidades em geral;
14. As mulheres indígenas são as guardiãs da sabedoria indígena, é preciso respeitar esses valores ancestrais e proteger as mesmas;
15. Ainda seguimos no aguardo da Fundação de Cultura de MS, para cumprir a promessa que foi feita em nossa assembleia 2022, de atender às nossas demandas do levantamento e registro das casas de rezas, cantos e objetos sagrados do nosso povo como patrimônio imaterial do estado de MS, estamos a disposição para contribuir;
16. É preciso descolonizar os apoios às mulheres indígenas, as burocracias têm sido empecilhos para elas acessarem recursos de fortalecimento das suas organizações de acordo com suas especificidades.



Propostas:

Território:

1. Que seja demarcado e homologado todas as terras indígenas Kaiowá e Guarani em Mato Grosso Do Sul;
2. Que o gabinete de crise instituído no âmbito do Ministério Dos povos Indígenas seja permanente e ouçam a Grande Assembléia da Kuñangue Aty Guasu pois até os dias atuais não chamou uma reunião com a nossa organização;

3. Exigimos o arquivamento da tese do Marco temporal, é ilegal, é inconstitucional é a morte do povo Guarani e Kaiowá;
4. O projeto de lei (PL) 1459/2022, conhecido como PL do Veneno, foi aprovado no congresso, em MS já vivemos com o veneno em nosso cotidiano, é urgente o arquivamento desse projeto da morte;
5. Exigimos justiça e reparação pelas nossas lideranças mortas em nossos territórios;
6. Exigimos a retomada e conclusão integral dos processos demarcatório inclusos no TAC 2007, e o cumprimento integral do CAC MPF/Funai firmado em 2010;
7. Exigimos a segurança e acompanhamento das lideranças, jovens, mulheres e crianças que lutam pelo território e estão sob risco de serem executadas/os dentro dos programas de proteção aos defensores indígenas;
8. Exigimos a consulta prévia às comunidades Guarani e kaiowá sobre todas as decisões que envolve diretamente os povos indígenas;
9. Somos contra o uso de veneno dentro e fora dos territórios, o agrotóxico causa diarreia, desnutrição, câncer no povo Guarani e Kaiowá, é URGENTE a apuração da consequência do agrotóxico aos nossos corpos territórios e a punição dos meliantes;
10. É urgente o plano de recuperação ambiental dentro do governo federal para os Territórios indígenas Kaiowá e Guarani em MS;
11. A Kuñangue Aty Guasu vem denunciar a violência policial e violência de ruralistas nas áreas de retomadas e pedir que seja aberta um oitiva que registre a apure essas violações e que os meliantes sejam punidos nos termos da lei;
12. Exigimos o levantamento pela FUNAI e MPF dos territórios que estão sob arrendamento, pois as terras estão sendo ocupadas de forma ilegal;
13. Somos contra o projeto de invasão aos nossos territórios, a ferrovia Nova Ferroeste, e exigimos ser consultadas sobre, pois a ferrovia irá impactar diferentes territórios, resultando em nova pressão sobre os Tekoha para aumento da produção de monoculturas de grãos - especialmente a soja, resultando em mais arrendamento, mais despejos e consequentemente mais mortes para nosso povo.
14. Enquanto povos nativos a única saída para retornarmos onde viveram nossos antepassados é reocupando as nossas terras tradicionais que estão de posse do agronegócio como "propriedade privada", continuamos em luta e resistência, e viva as Retomadas Kaiowá e Guarani, demarcação e homologação já, pois sem Tekoha não tem vida.

Saúde Indígena/indigenista:

1. É UMA EMERGÊNCIA HUMANITÁRIA, NÃO TEM ÁGUA POTÁVEL NAS COMUNIDADES INDÍGENAS KAIOWÁ E GUARANI. É URGENTE QUE A SESAI ATUE PARA AMENIZAR ESSA SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA EM MS.

2. SESAI - SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA é filha da luta e da resistência indígena, cabe aos profissionais e a quem está nas coordenações fazer valer esse direito de saúde diferenciada aos povos indígenas de acordo com as suas especificidades, isso significa que todos os cuidados em território indígena tem que respeitar e dialogar com os cuidados tradicionais;

3. Profissionais em território indígena precisam ter a consciência de que estão atendendo povos indígenas, onde o horário da rede institucional é diferente do tempo Guarani e Kaiowá;

4. O governo do presidente Lula, precisa urgentemente restabelecer a equipe de profissionais que foram demitidos ao longo do governo de Bolsonaro;

5. A área de saúde mental precisa urgentemente ser retomada de forma que atenda a todas as comunidades, com profissionais para cada território indígena Kaiowá e Guarani, assim como as áreas de litígios, as retomadas;

6. A disputa política no DSEI/MS tem tido retorno negativo nas bases, é URGENTE encaminhar o DSEI Kaiowá e Guarani, assim como PARAR com essas disputas por cargos entre os Terena do Pantanal que afetam o nosso povo Kaiowá e Guarani, pois a saúde das mulheres na base está sob emergência, muitas parindo sem pré natal e sem acompanhamento pós parto em suas residências, isso nas áreas indígenas da fronteira, sendo uma delas;

7. As áreas de retomadas na fronteira de Coronel Sapucaia não tem tido acesso à saúde indígena, mulheres tem gestado e parido sem o acompanhamento a gestantes e puérperas, e ainda enfrentam a dificuldades de registro do recém nascido, é URGENTE o atendimento aquela região;

8. É URGENTE, que o DSEI/MS, na pessoa do senhor Lindomar Terena realize a escuta dos profissionais do Pólo de Dourados/MS, os funcionários que procuraram a Kuñangue Aty Guasu se encontram adoentados e sob perseguição;

9. É urgente o mapeamento da fome nos territórios Kaiowá e Guarani, assim como o não acesso à água potável e o avanço dos agrotóxicos nos territórios;

10. Os profissionais de saúde em território indígena, não devem usar apenas o modelo biomédico na qual foi formado, seja escuta, não tenha somente esta alternativa como "cura" , pois o nosso povo tem os chás, ervas, massagem, rezas e outros que podem juntos ajudar nestes cuidados à saúde;

11. A SESAI precisa efetivar e implementar a parceria com as parteiras e Nhandesys, isso é valorização e reconhecimento de outras formas de cuidado à saúde indígena e o cuidado tradicional que o modelo biomédico despreza, proíbe, viola e marginaliza;

12. Exigimos que a rede de urgência e emergência sejam implementadas e efetivadas, pois os motoristas da SESAI não são socorristas;
13. Exigimos mais médicos, psicólogos, técnicos de enfermagem, assistentes sociais, nutricionistas, dentistas na equipe da SESAI em territórios indígenas;
14. Convocamos a comunidade, as universidades, a SESAI, as escolas a ajudar cada Nãndesy a construir um viveiro de medicina tradicional, isso é fortalecer a medicina tradicional;
15. Novamente reforçamos a construção do DSEI-MS no Cone Sul de MS, específico para atender a maior população do MS, o povo Guarani e Kaiowá;
16. Há territórios do cone sul de MS que precisam da contratação de mais agentes de saúde e agentes de saneamento, há uma sobrecarga sobre os atuais;
17. É urgente a contratação de intérpretes indígenas em hospitais, na CASAI e outros setores de atendimento aos povos indígenas;
18. É URGENTE o atendimento específico e diferenciado da equipe médica nos hospitais, ambos precisam entender que somos diferentes dos pacientes não indígenas e temos nossas especificidades como povos originários;
19. Os profissionais de saúde indígena precisam atender mais nas retomadas, não somente as comunidades que estão em confinamento nas Reservas Indígenas, e precisa ser semanalmente;
20. Ter recomendações do pohã ñana (medicina tradicional) nos postinhos pelas Nhandesys/parteiras e nhanderus, eles também são médicos tradicionais;
21. Nós mulheres Guarani e Kaiowá sabemos como ter e cuidar de nossos filhos e filhas, a reza é muito importante para a saúde e para o crescimento saudável da criança. Enquanto mulher indígena e mãe, ainda sofremos muito nas mãos dos médicos não indígenas, sendo que as parteiras e nhandesy têm reza e remédio para a mulher indígena na hora do parto, para sofrer menos no momento do nascimento da criança mas o hospital ignora estes cuidados. Os hospitais precisam respeitar a medicina tradicional e o trabalho das parteiras indígenas;
22. O câncer, diabetes, tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis como o vírus HIV causador da AIDS e outras DSTs têm atingido a nossa população indígena, e a necessidade de ter atendimento médico nas áreas de retomadas para prevenção da comunidade e acompanhamento dos indígenas que estão doentes;
23. Incentivamos o parto normal e humanizado com apoio de parteiras indígenas e remédios tradicionais para as mães em hospitais que atendem os nossos Tekohas. O cuidado das parteiras impacta na prevenção de pressão alta, cesáreas e demais métodos invasivos/cirúrgicos/medicalizantes. Nossa medicina é ancestral!
24. Kuñangue Aty Guasu defende que a saúde indigenista, a SESAI caminhe de mãos dadas com a nossa medicina Guarani e Kaiowá.

Violência contra as mulheres Guarani e Kaiowá em MS: A região mais perigosa para Mulheres Indígenas do País!

1. A carne mais barata deste estado de MS é do povo Kaiowá e Guarani, são inúmeras violências contra o nosso corpo território cotidianamente, e as políticas públicas continuam precárias, são inúmeras Raissas, Arianes a pagar com suas vidas na região mais perigosa para Mulheres Indígenas do País, e até quando seremos mortas para sermos vistas como humanas, como mulheres que têm direitos a vida?;

2. Solicitamos ao MPF, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), DPU, NUPIIR-DPE/MS, Conselho Estadual de Direitos Humanos, Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da 4a Subseção da OAB de Mato Grosso do Sul, ONU Mulheres, Tribunal de Justiça do MS, DPU, Vida e Juventude, Rede OKA, OKAIM, a bancada do cocar, ao ministério indígena, as universidades que nos ajudem a ecoar as vozes das mulheres vítimas de violências, e que juntas possamos construir parcerias de ações de prevenção a violência de gênero em todos os territórios Kaiowá e Guarani, é um pedido de socorro;

3. As mulheres líderes da Kuñangue Aty Guasu na linha de frente, estão sob constantes perseguições, criminalização, processos judiciais, entre outros, uma forma de intimidar e silenciar a nossa luta. Somos mulheres em defesa de nossas vidas, de nossas filhas, e do nosso território, e as ameaças vêm de diversas partes dos latifundiários, ruralistas e líderes de igrejas, exigimos a proteção de nossa equipe dentro e fora do territórios Kaiowá e Guarani;

4. A gestão de assistência social no estado de MS, necessita construir com urgência, ações de atendimento e acolhimento para mulheres e crianças em situação de violência, e exigimos que a próxima gestão estadual e federal construam CRAS e CREAS em todas as comunidades; 5. Há uma imensa dificuldade de fazer denúncias sobre as violências sofridas pelas mulheres indígenas, na maioria das vezes essas denúncias não chegam em uma delegacia, e se chegam as mulheres não conseguem denunciar, pois a maioria são falantes da língua materna. Diante disso exigimos que tenham mulheres indígenas capacitadas para ser intérpretes na delegacia de mulher, e apoio de logística com segurança, jurídica e psicológica para ajudar as mulheres Guarani e Kaiowá a encaminhar as denúncias;

6. A pensão alimentícia tem sido um grave problema entre o povo Guarani e Kaiowá, as mulheres não conseguem ter acesso a este direito e as crianças indígenas continuam desamparadas. A Assembleia das Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá vem por meio desta exigir que este direito seja garantido através do judiciário;

7. O estupro continua de todas as formas (vindo de pai, tio, primo, avô, etc), fazendo cada vez mais vitimas Guarani e Kaiowá, vem acontecendo com muita frequência contra vida de crianças e mulheres indígenas, há uma necessidade de medida protetiva e ações em território urgente;

8. As igrejas estão conectadas com o arrendamento de terras indígenas e as mulheres que lutam na retomada estão sob ameaças de morte, é urgente a investigação de tudo e todos invadindo os territórios;

9. Exigimos a continuidade das investigações a todas as casas de rezas que foram incendiadas nos últimos anos, e exímios proteção às Ñandesys que foram/são criminalizadas, perseguidas e torturadas;

10. Em 01 de Janeiro de 2024, registramos a queima da casa de reza, casa tradicional, Ongusu, casa de cura na Terra Indígena de Ytai, município de Douradina/MS. Um espaço sagrado do nosso povo, o segundo queimado criminosamente em menos de dois anos, e não há nenhuma investigação até o momento, exigimos justiça e proteção da família da Ñandesy Terezinha, que segue sob risco. A queima da casa de reza é o resultado da expansão das igrejas nos territórios Kaiowá e Guarani em MS, e todos os fatos deve, ser investigados;

11. Enquanto vida tivermos vamos seguir ecoando as vozes do corpo território das mulheres Kaiowá e Guarani, pois vivas queremos estar e protegidas em nossos territórios de acordo com as nossas especialidades.

Educação indígena:

1. Filhas e filhos são responsabilidades da mãe e do pai, educação e autonomia vem da família, é a nossa obrigação assumir e responder por elas, em segunda instância existe a rede territorial, e em terceira instância tem a rede externa;

2. Apoiamos a continuidade do programa bolsa permanência para os estudantes indígenas e a continuidade da Ação Saberes Indígenas;

3. É preciso que o curso Teko Arandu respeite a vida e as escolhas das alunas e alunos, e que os professores tenham um perl adequado para a compreensão da realidade Guarani e Kaiowá;

4. A licenciatura intercultural Teko Arandu da FAIND/UFGD deve respeito aos estudantes Guarani e Kaiowá, respeito aos nossos processos históricos de lutas para a conquista deste curso, e a permanência de acadêmicas(os) dentro dessa instituição de educação. Este curso não pode se afastar do nosso movimento, pois ele foi criado por nós, é dever da FAIND-UFGD garantir a participação de acadêmicos Guarani e Kaiowá nas Aty Guasu, Kuñangue Aty Guasu e Raj;

5. Dentro da LEDUC-UFGD (Curso de Licenciatura em Educação do Campo) e Teko Arandu (curso de Licenciatura Intercultural Indígena "Teko Arandu"), solicitamos mais cursos para as(os) acadêmicas(os) indígenas, como: enfermagem, agroecologia e gestão ambiental;

6. Exigimos construções de escolas de ensino médio em todos os territórios Kaiowá e Guarani;

7. Exigimos que todas as direções das escolas de ensino fundamental e médios em territórios

indígenas Kaiowá e Guarani tenha paridade de gênero e deve ser por eleição e não por cargo político;

8. O povo Kaiowá e Guarani hoje possui em todos os territórios, pessoas formadas e capacitadas, exigimos que as gestões das escolas indígenas deem prioridade aos profissionais indígenas, que esse direito seja garantido na rede estadual e municipal;

9. Exigimos Concurso Público específico e diferenciado para professoras(es) indígenas;

10. Exigimos escolas de ensino fundamental e médio nas áreas de retomadas Kaiowá e Guarani com profissionais indígenas lecionando;

11. É dever das instituições escolares garantir respeito integral à história e cultura indígenas determinadas pela lei 11.645/08. Comemorações como o "Dia do Índio" devem promover os modos de vida tradicionais e não folclorizar nossa história e cultura;

12. São necessárias políticas públicas e convênios institucionais entre escolas de ensino básico e fundamental e instituições de ensino superior, de modo a manter a formação continuada de professores/as indígenas em respeito integral ao decreto 6.861/09.

13. Pedagogia intercultural na UEMS/UFGD, vestibular específico indígena.

14. Garantir nas universidades bolsas para todos os cursos para as mulheres;

15. Casa de alternância para os acadêmicos do Teto Arandu 16. Segurança nos postinhos de saúde;

16. A proposta de educação indígenas fundamental para fortalecer os saberes tradicionais que ajudam a combater a crise climática em Mato Grosso Do Sul. Os professores indígenas praticam diversos conhecimentos específicos para manter viva os saberes para formação de saberes indígenas . Destacar a importância de formação continuada dos professores indígenas no Mato Grosso Do Sul, criar projeto para emergência climáticas em Mato Grosso Do Sul, aplicar na metodologia dos planejamentos dos professores;

garantir as práticas pedagógicas diferenciadas na sala de aula com os alunos.

17. Criar projetos para reflorestamentos ao redor de cada escola indígenas Guarani e Kaiowá; Os saberes da anciãs devem ser aplicados na metodologia, praticar com os alunos indígenas Guarani e Kaiowá. Esse projeto de reflorestamento será possível solução para educação escolar indígenas;

18. Os professores indígenas Guarani e Kaiowá devem adequar seus planejamentos específicos diferenciados, mesmo que venha diretamente da BNCC;

18. Os professores indígenas têm autonomia de ensinar conforme a realidade que as nossas crianças, adolescentes e jovens vivem. Esses direitos já estão garantidos na constituição federal, na LDB 1996.

Casa da Mulher indígena em MS:

1. Que venha a promover o aumento da representatividade das mulheres indígenas nos espaços políticos, dentro e fora das aldeias, e em todos os ambientes que sejam importantes para a implementação dos nossos direitos. Não basta reconhecer nossas narrativas é preciso reconhecer nossas narradoras. Nossos corpos e nossos espíritos têm que estar presentes nos espaços de decisão. Neste sentido, este espaço deve contar com a participação de mulheres indígenas na sua gestão e construção de modo a assegurar o respeito à cultura e à diferença cultural.
2. Em suma, este espaço deve ser destinado e composto por mulheres indígenas. Somente deste modo, podemos assegurar o respeito à nossa cultura, com o atendimento aos casos de violência sendo feito por mulheres indígenas à mulheres indígenas e, assim, possa garantir, ademais o respeito a nossas línguas e tradições.
3. Uma vez que a violência contra a mulher indígena não se encerra na condenação ou penalização do homem, o espaço deve ainda contemplar os cuidados em relação aos reflexos e as diversas causas que giram em torno da violência de gênero. Neste sentido, o espaço deve contar com grupos de educação sobre a violência contra as mulheres, a ser gerido e constituído por mulheres indígenas.
4. O espaço funcionaria não somente como centro de recolha de denúncias, mas também de decisão em relação à forma indígena de lidar com ele a partir do poder decisório pela garantia da participação das mulheres indígenas nestes casos em respeito às suas tradições. Somente deste modo podemos combater de forma irreduzível e inegociável, posicionamentos racistas e anti-indígenas.
5. Que a Casa da Mulher Indígena, seja construída de forma a atender as demandas das mulheres Guarani e Kaiowá, e que funcione todos os dias e noites, inclusive aos finais de semana.
6. Que seja garantida a efetiva participação na discussão de uma política que vise atender as mulheres indígenas em situação de violência.
7. Que sejam feitas parcerias com as universidades (UEMS, UFGD, UNIGRAN, UFMS), para dar seguimentos de cursos de capacitação profissional às mulheres indígenas na casa da Mulher Indígena.
8. Que a casa de acolhimento seja um espaço ao mesmo tempo seguro e sem acesso por parte do (s) agressor (es), acessível para as mulheres, que constitua uma casa nossa e para nós e a implementação de mais de uma casa da mulher indígena, de acordo com nossas necessidades, que leve em consideração as tradições Guarani e Kaiowá.
9. Que seja garantida a segurança para as mulheres dentro deste espaço e as condições econômicas, sociais e psicológicas para que as mulheres indígenas possam reconstruir suas vidas após as situações de violência vivenciadas.

10. Que seja instituída uma comissão na qual mulheres Kaiowá, Guarani e Terena tenham ampla representatividade para pensar e construir essa política, em curto, médio e longo prazo.
11. Combater a discriminação dos indígenas nos espaços de decisão, especialmente das mulheres, que são vítimas não apenas do racismo, mas também do machismo.
12. Defender o direito de todos os seres humanos a uma alimentação saudável, sem agrotóxicos, e nutrida pelo espírito da mãe terra.
13. Assegurar o direito a uma educação diferenciada para nossas crianças e jovens, que seja de qualidade e que respeite nossas línguas e valorize nossas tradições.
14. Rearmar a necessidade de uma legislação específica que combata a violência contra a mulher indígena, culturalmente orientada à realidade dos nossos povos. As políticas públicas precisam ser pautadas nas especificidades, diversidades, e contexto social de cada povo, respeitando nossos conceitos de família, educação, fases da vida, trabalho e pobreza.
15. Dar prosseguimento ao empoderamento das mulheres indígenas por meio da informação, formação e sensibilização dos nossos direitos, garantindo o pleno acesso das mulheres indígenas à educação formal (ensino básico, médio, universitário) de modo a promover e valorizar também os conhecimentos indígenas das mulheres.
17. Nós, mulheres indígenas Kaiowá, Guarani e Terena da Reserva Indígena de Dourados moramos num dos territórios com índice mais alto de violências do centro oeste. Aqui tombou a menina Raissa, uma das vítimas assassinada cruelmente aos 11 anos de idade em 2021, e por ela e todas as outras mulheres que morreram e que são violentadas lutamos e exigimos ações efetivas do Estado brasileiro no enfrentamento e prevenção às violências.
18. Que o processo de pactuação também seja no nível estadual com a Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres, Subsecretaria de Políticas Públicas para População Indígena, além das Secretarias de Saúde, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.
19. Que o processo de pactuação também seja a nível estadual, responsabilizando o estado de MS na implementação e execução de políticas públicas sobre as políticas públicas para as Mulheres Indígenas de MS.
20. Que o processo de pactuação também seja a nível municipal com a Coordenadoria de POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES e outras secretarias relevantes para boa execução dos serviços oferecidos.
21. Exigimos uma lei estadual em MS para combater a violência contra a mulher indígena, o feminicídio e a violência sexual. Que essa lei possa ser executada pelo Poder Público Estadual, podendo para isso realizar parcerias com os órgãos da rede de enfrentamento a violência contra a mulher e com entidades da sociedade civil especializadas no tema.

22. Para fins de produção de iniciativas de normativas tanto no âmbito federal, estadual e mesmo municipal, é importante a instituição de um Grupo de Trabalho (ou observatório) dentro da Casa da Mulher Indígena para que se possa acompanhar os dados produzidos pelos atendimentos e o constante acompanhamento da situação. Dessa forma, será possível propor medidas cada vez mais efetivas para a situação de acolhimento e garantia da segurança das mulheres atendidas. Esse grupo de trabalho poderá, então, propor leis ou outras normativas necessárias ao melhor funcionamento da casa da mulher indígena.

23. Nossas terras não são mercadorias! Demarcar, homologar, proteger e efetivar os direitos dos povos originários é URGENTE no combate às violações aos nossos corpos!

Propostas da Casa da Mulher Indígena já tecidas em 05 de agosto de 2023, na Reserva Indígena De Dourados/MS, durante o I Seminário Regional: Em busca de diálogos para Prevenção a Violência contra as Mulheres Indígenas Kaiowá, Guarani e Terena juntamente com a Kuñangue Aty Guasu e rearmada aqui.

Emergencia climática:

Para enfrentar os desafios da crise climática na educação escolar, é possível:

1 - Integrar o tema das mudanças climáticas no currículo escolar, começando por conceitos básicos sobre o meio ambiente e sustentabilidade.

2 - Construir escolas que reflitam os princípios ambientais, usando a energia de maneira eficiente e promovendo o uso eficiente da água. Desenvolver ambientes escolares conectados com o presente e com os territórios, promovendo a participação dos estudantes nas discussões.

3 - Encorajar os professores a se atualizarem sobre as mudanças climáticas e educação ambiental climática.

4 - Promover momentos de reflexão e debate sobre as consequências das mudanças climáticas.

5 - Estabelecer parcerias com universidades, ONGs e outras instituições que possam oferecer recursos e conhecimento especializado.

6 - Conscientização sobre o uso de água e energia.

6 - Conscientização sobre o uso de embalagens recicláveis.

7 - Conscientização sobre o uso do lixo e a destinação apropriada.

8 - Usar produtos que agridam menos o meio.

9 - Abertura de aceiros, que são trilhas na vegetação para facilitar o combate ao fogo e servir como rota de fuga aos animais.

10 - Plantação de mudas em áreas queimadas.

11 - Conscientização e treinamento da população.

12 - Para combater as crises climáticas e da biodiversidade, é fundamental que haja uma ação coordenada entre governos, sociedade civil e o setor privado para restaurar e conservar os biomas, e desta forma a educação escolar indígena é fundamental nesse processo.

JUIND - JUVENTUDE INDÍGENA DA DIVERSIDADE:

1-Instalação de um GT ou Comitê Permanente de Enfrentamento a Violência e Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ Indígenas Guarani-Kaiowá Comitê LGBTQIA+ Guarani-Kaiowá, composto pelas instituições que participaram da Comitiva; Responsável: MDHC/MPI Até quando: dezembro de 2024;

2-Elaboração de Nota Técnica conjunta entre o MDHC e MPI, com informações do Relatório Técnico da Oitiva das comunidades apontando responsabilidades para MPI, FUNAI, MDHC, SESAI e outros órgãos; Responsável: MDHC/MPI – Até quando: dezembro de 2024;

3- Oficiar a SESAI/Ministério da Saúde sobre a situação de suicídios e mortes de jovens LGBTQIA+ nas comunidades indígenas e discutir ações emergências para fortalecer e ampliar a equipe de profissionais em saúde mental (Psicologia e Serviço Social) dos Polos Base de Dourados, Amambai, Caarapó, Japorã, Tacuru, Paranhos, e Antônio João, para atuação mais aproximada junto aos povos Guarani e Kaiowá, contemplando suas concepções com ações de cuidado em diálogo com os saberes tradicionais Responsável: MDHC/MPI – Até quando: Dezembro de 2024; 26

4-Propor a SESAI/Ministério da Saúde Formação dos Agentes de Saúde das Comunidades Indígenas Guarani-Kaiowá, para diagnóstico de adoecimento mental e letramento para atendimento à população LGBTQIA + Indígenas Guarani-Kaiowá. Responsável: MDHC/MPI – Até quando: Dezembro de 2024;

5-Construir um TED com a UFGD para desenvolver um projeto para promoção a saúde mental nas comunidades indígenas Guarani-Kaiowá, envolvendo áreas de direito, psicologia e saúde, para fortalecer saúde popular, práticas de cuidado conectada a religiosidade Guarani-Kaiowá; Responsável: MDHC/MPI. Até quando: Dezembro de 2024;

6-Articular uma reunião técnica com a UFGD, FAIND, SESAI, Conselho Regional de Psicologia em Dourados, para articular ações conjuntas sobre saúde mental nas aldeias. Responsável: MDHC/MPI Até quando: março de 2025;

7- Discutir com o GT de atenção básica da saúde para Indígenas a problemática da continuidade de suicídio da juventude indígenas e propor ações no âmbito do GT. Responsável: MPI/FUNAI Até quando: março de 2025;

8- Solicitar ao Departamento de Rodovias do MS a instalação de quebra-molas e radares na rodovia próxima aldeia Limão Verde(Amambai) e Takuapiry (Coronel Sapucaia), bem como a construção de ciclofaixa; Responsável: Subsecretaria Indígena Até quando: Dezembro de 2024;

9-Solicitar aos órgãos estaduais a construção de Quadra de Esporte na aldeia limão verde, para ampliar espaços de lazer na comunidade; Responsável: Subsecretaria Indígena Até quando: Dezembro de 2024;

10- Articular recursos e apoiadores para a Construção de casa de Reza na aldeia Limão Verde e Porto Lindo. Responsável: MPI/FUNAI Até quando: março de 2025;

11- Articular junto ao Ministério das Comunicações computadores para telecentro, bem como equipamentos de conectividade nas aldeias visitadas; Responsável: MPI/FUNAI Até quando: março de 2025; 12-Solicitar ao Ministério da Cultura projetos culturais para as aldeias Guarani kaiowá visitadas, ações como ponto de cultura e biblioteca comunitárias; Responsável: MPI/FUNAI Até quando: março de 2025;

13- Organizar formação com professores e jovens nas Escolas Indígenas das aldeias Jaguapiru, Amambai, Takaupiry e Porto Lindo. Organizar festivais culturais com palestra contra violências, bullying, prevenção às IST/HIV/AIDS na escola com apresentações culturais, oficinas de arte e cultura. Responsável: MDHC/MPI Até quando: Junho de 2025;

14- Elaborar material pedagógico para as escolas, com debate sobre diversidade sexual e identidade de Gênero, adequado a língua e cultura indígena, a partir de oficinas de formação de Professores; Responsável: MDHC/MPI Até quando: Junho de 2025;

15- Propor inclusão da temática da Identidade de Gênero e Orientação Sexual no encontro dos professores Guarani-Kaiowá a Nível Estadual; Responsável: Subsecretaria LGBTQIA+ Até quando: junho de 2025;

Ações específicas - Programa Bem Viver+

1- Organizar um processo de formação permanente da Juventude LGBTQIA+ com encontros, cursos na região e nas aldeias – construir um calendário permanente em 2025;

2- Convidar outras lideranças comunitárias (Cacique, capitães e rezadeiras) para participar das formações e fortalecer a rede de apoio - sugestão criar uma campanha com a chamada TEKÓ JOJHA – Viver Todos Juntos, com panfletos, camisetas com as cores da diversidade;

3- Organizar encontro das Ñhandesis e Ñhanderus e seus aprendizes como espaço de fortalecer a cultura, as rezas e autocuidado com ervas; 4- Construção de uma Casa de Reza na Aldeia Limão Verde e Porto Lindo para espaço de formação da JUIND;

5- Sistematizar um material pedagógico com cosmovisão Guarani Kaiowá na língua portuguesa e Guarani para formação das novas gerações; 6- Elaborar Cartilha sobre Diversidade para JUIND, que possa ser formulada nas oficinas com diversas linguagens de autoria coletiva com poemas, músicas e

relatos; 7- Fortalecer redes de acolhimento de LGBTQIA+... nas comunidades a partir de rezadeiras, lideranças que possa acolher jovens expulsos de casa;

Retomada Aty Jovem - RAJ:

1 - Nas discussões sobre saúde, a juventude reivindica a criação de mais polos de atenção à saúde dentro das aldeias, com a contratação de mais profissionais qualificados e especializados em saúde indígena para atuar nos territórios no atendimento a juventude;

2 - A RAJ solicita que a SESAI, como órgão responsável pela manutenção da saúde indígena no Brasil, valorize a presença de jovens Guarani e Kaiowá formados na área de saúde, para que estes possam atuar nos seus territórios.

3 - Igualmente, a juventude enfatiza a necessidade de criar um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) dentro das aldeias como parte de uma política de saúde pública voltada para à saúde mental da juventude Guarani-Kaiowá e Guarani-Nhandeva. Especialmente, a proposta inclui a criação de um CAPS com foco na saúde mental de mulheres e meninas das aldeias, como forma de prevenir e tratar casos de abuso e violência de gênero.

4 - Pontos de cultura nas comunidades como extensão das práticas de educação escolar indígena para além do espaço escolar, portanto, se solicita às autoridades competentes recurso para a criação destes espaços, bem como recursos para transporte de lideranças e rezadores entre aldeias para os eventos realizados pela organização coletiva RAJ.

5 - Considerando os problemas relacionados ao arrendamento de terras nas aldeias, que fomentam conflitos entre parentes e moradores, a juventude propôs, de forma conjunta, alternativas para promover a sustentabilidade ativa. Essas propostas visam recuperar as matas devastadas por fazendeiros e restaurar as relações com a natureza e os alimentos por ela fornecidos, permitindo um modo de vida harmonioso que atenda às necessidades de diversos Tekoha.

6 - Como destacado anteriormente, o território é vida, um elemento fundamental para a existência dos Guarani e Kaiowá. Por isso, a juventude reforça a urgência da demarcação de seus tekoha tradicionais, associando essa luta à segurança e soberania alimentar, bem como à criação de pontos de cultura.

7 - Ainda sobre sustentabilidade, a juventude chama atenção para a escassez de atendimento que órgãos como a Funai têm para atender os territórios Guarani e Kaiowá. Portanto a juventude solicita recursos e maquinários para cultivar as roças e as culturas indígenas- kokue.

8 - Aliado a isto, refletiu-se sobre a criação de cooperativas entre as aldeias como forma de vender seus produtos e criar uma fonte de renda alternativa para as famílias das comunidades em geral, para isto, a juventude reivindica assistência jurídica para formalizar essas atividades. A juventude permanece reivindicando seus direitos tradicionais, reproduzindo seu modo de vida e continuando a luta iniciada pelos mais antigos.

Protocolo de adoção de crianças indígenas:

1 - Como o Protocolo de Consulta é um processo com várias etapas, com reuniões, oficinas, assembléias, entre outros, sendo dever do Estado escutar os povos indígenas, que o Ministério da Justiça, Ministério dos Direitos Humanos e Ministério dos Povos indígenas sejam co-responsáveis na construção deste, viabilizando recursos financeiros e estrutura adequada, garantindo que sejam respeitadas as formas como os Guarani e Kaiowá desejam proceder nos casos de adoção, guarda, tutela e acolhimento institucional das crianças indígenas;

2 - Que o Poder Judiciário, via Conselho Nacional de Justiça, elabore diretrizes para que os exames técnicos antropológicos (art. 14, Resolução 454 do CNJ) sejam determinados de antemão, nos processos de medida de proteção e de destituição do poder familiar que envolvem crianças indígenas, para evitar a situação de acolhimento institucional ou adoção, já os casos mais avançados, que as crianças indígenas já se encontram em situação de acolhimento institucional, que a elaboração do laudo antropológico seja imprescindível;

3 - Abertura do processo que apurem as Denúncias das ilegalidades realizadas pelas instituições de retirada de crianças;

4 - Estabelecimento de Protocolos de Consulta para formas de correto acolhimento das crianças indígenas;

5 - Alternativas similar ao mecanismo paralelo ao sistema de adoção nacional;

6 - Estudo de uma possível replicação das experiências da Família Acolhedora (Laguna Carapã) ou do acolhimento temporário de crianças em Porto Lindo;

7 - Estudo de uma possível lista de adotantes pelas comunidades indígenas;

8 - Estabelecimento de casas de acolhida dentro das próprias comunidades;

9 - Ações estratégias de fortalecimento étnico;

10 - Formação específica sobre povos indígenas para agentes de instituições envolvidas (Conselho Tutelar, Judiciário, etc.);

11 - Formação para toda a rede de acolhida das crianças (CRAS, CREAS, etc.);

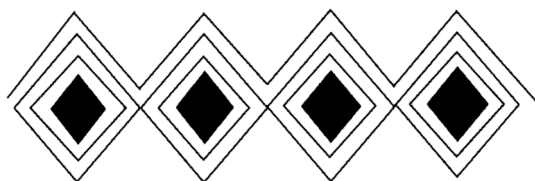
12 - Fortalecimento de agentes que as comunidades indígenas acharem mais pertinentes nesta pauta (lideranças, *nhandesys*, *jarys*, *equipe multidisciplinar* etc.).

Por um território sem Misoginia:

1 - A incitação à misoginia sujeitará o criminoso a pena de reclusão de um a quatro anos e multa: O PL 890/23 estabelece que a pena será aumentada se o crime for praticado por duas ou mais pessoas ou

for cometido em locais públicos ou pela internet. A lei 13.642/18, sancionada em 2018, atribui à Polícia Federal a investigação de casos de misoginia na internet. Desta forma a Kuñangue Aty Guasu solicita urgente a proteção das defensoras da Kuñangue Aty Guasu com medidas específicas de segurança e apoio psicológico, e que sejam apurados todos os fatos de violações a elas.

Nunca mais um Brasil sem a pluralidade de Mulheres Kaiowá e Guarani!
O marco temporal é a morte Kaiowá e Guarani!
Nossas terras não são mercadorias!



Galeria: 18 anos da Kuñangue Aty Guasu.





Arquivos Kuñangue Aty Guasu.

Atyma Porã, seguimos em luta!

Assinam as articuladoras da Kuñangue Aty Guasu:

Alenir Aquino ximendes

Alenir Aguiar Ximenes

Clara Barbosa de Almeida

Clara Barbosa de Almeida

Leila Rocha

Leila Rocha

Kuña Aranduhá

Kuña Aranduhá

Roseli Concianza Jorge

Roseli Concianza Jorge

Rosicleide Vilhalva

Rosicleide Vilhalva

Vanderleia Rocha

Vanderleia Rocha

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Kuñangue Aty Guasu - Grande Assembleia Das Mulheres Kaiowá e Guarani/MS.

atykunkuera@gmail.com | www.kunangue.com | [@kunangueatyguasu](https://www.instagram.com/kunangueatyguasu) | [facebook.com/kunangueatyguasu](https://www.facebook.com/kunangueatyguasu)